



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carlos comprou um fusca de Eliete, sua colega de trabalho. O negócio jurídico foi celebrado mediante um contrato de compra e venda assinado pelas partes e duas testemunhas, cujo valor do objeto era de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), a serem pagos em cinco parcelas de R\$10 mil, a começar em janeiro de 2022.

Durante as três primeiras parcelas, Carlos conseguiu adimplir na data aprazada, contudo, quando chegou próximo à data do pagamento da quarta parcela, o devedor acabou sofrendo um acidente e teve que gastar os valores com o tratamento médico, ficando em atraso com as duas últimas parcelas.

Preocupado com a situação do inadimplemento, vez que nunca deixara atrasar as contas, Carlos entrou em contato com Eliete e avisou sobre o infortúnio que estava enfrentando, sendo avisado por ela, via WhatsApp, que não deveria se preocupar, haja vista que o restante do valor, isto é, os vinte mil reais, poderiam ser pagos a partir do mês de agosto e que ela não iria lhe cobrar juros. Ocorre que, após duas semanas desde a conversa que teve com sua colega, Carlos foi citado em uma ação de execução que tramita na 2ª vara cível da comarca de Campo Grande – MS.

No referido processo, Eliete está executando o primeiro contrato celebrado entre as partes, por meio do qual informa que Carlos está lhe devendo a importância de 50 mil reais pela compra do veículo, valor este calculado mediante acréscimo de encargos pela mora. Ainda, diante da situação, a exequente indica à penhora o imóvel de propriedade de Carlos, uma casa alugada, cujo valor é utilizado para a sua manutenção em uma casa menor alugada perto do trabalho.

Note-se que Carlos possui o comprovante de pagamentos das três parcelas, bem como a conversa sobre a confissão de dívida salva e registrada em ata notarial, desejando apresentar caução para garantir o juízo e afastar a futura penhora do imóvel.

Preocupado com a situação, Carlos entra em contato com você para ser ajuizada a medida cabível a fim de resguardar os seus direitos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

João celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios com o advogado Carlos, para que este o representasse em uma ação de cobrança que João movia em face de Bruna, oriundo do inadimplemento de R\$2 mil reais devidos pela compra de um ar-condicionado ofertado na página de vendas da rede social do credor. Carlos apresentou a inicial e, após a citação, a ré apresentou contestação e reconvenção, alegando que João também lhe devia uns valores pela venda de uma bicicleta elétrica há dez anos, portanto, deveria ser condenado a pagar indenização. O processo tramitou regularmente, tendo sido proferida sentença, com os próprios fundamentos do magistrado, julgando improcedentes tanto a ação principal quanto a reconvenção e sendo acolhida as teses de defesa de que o aparelho deveria ser doado, vez que rede social não é local de fazer venda de ar-condicionado e o produto era de extrema urgente devido ao calor insuportável da época, devendo compensar o valor pela bicicleta elétrica. Inconformado, João opõe embargos de declaração devido à omissão da decisão, mas o juízo mantém a sentença recorrida e diz para o autor que se ele está insatisfeito com o resultado da ação, que procure outro meio processual. Completamente nervoso com a situação ocorrida, João rompe o contrato com Carlos e procura seus serviços como advogado(a) para tomar a solução cabível.

Com base nesse caso, responda às seguintes questões:

- A) Qual o recurso cabível contra a decisão proferida na ação de cobrança em face de Bruna?
- B) Caso a ação tivesse transitado em julgado e após uma semana de publicada a certidão, João descobrisse que o magistrado era casado com Bruna, qual seria a medida cabível?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Rafael estava vagando pelo centro de Curitiba quando avistou uma casa fechada e decidiu se instalar. Após três meses desde a mudança de Rafael para o imóvel localizado na área central da capital do Paraná, Luana chega de sua viagem dos Estados Unidos e se depara com o rapaz. Furiosa com a situação, Luana conversa com sua amiga sobre qual seria a melhor coisa a se fazer nesta situação.

Diante disso, responda:

- A) Qual é a medida processual adequada para que Luana adentre o seu imóvel?
- B) Caso Luana perceba que Rafael está danificando os móveis da casa, há alguma medida cabível de prontidão para assegurar a proteção de seus direitos?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Devido à carência financeira, Ágata decide vender seu imóvel para Lucas. No contrato de compra e venda as partes ajustaram que em até dois anos a vendedora poderia recomprar o bem pelo mesmo valor do negócio realizado. As tratativas foram devidamente registradas na escritura do imóvel e as chaves entregues para o novo proprietário. Após um ano e meio, Ágata encontra Lucas na feira da cidade e lhe diz que deseja recomprar o bem, haja vista que já tinha se recuperado financeiramente. Estarrecido com a conversa, Lucas disse que não venderia a casa, visto que já havia acostumado com o local e desejava chamar sua noiva para morar com ele na residência. Diante de tal situação, responda:

A) Lucas poderá recusar a venda do imóvel?

B) Caso as partes tivessem ajustado cláusula de preferência para que Ágata possa comprar o imóvel, Lucas poderia recusar a venda?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Ezequiel e Luma eram namorados desde o ensino médio. Após terminarem o curso de medicina na cidade de Asunción – Paraguai, o casal resolveu morar junto. Passado um ano desde a união estável dos médicos, estes foram agraciados com um filho, Eduardo. Durante os seis primeiros anos, a convivência familiar era incrível, contudo, após começar a ser dependente de substâncias químicas, Ezequiel começou a ser agressivo e perder a paciência muito fácil, de modo que castigava o filho reiteradamente, várias vezes na semana. Certo dia, Eduardo chegou em casa com seu boletim, documento este que constava uma nota vermelha em matemática. Ao averiguar a nota baixa do filho, Ezequiel mandou que o menino ajoelhasse no milho e ali ficasse até aprender toda a tabuada. Cansada da situação insuportável que vivera junto com o filho, Luma resolveu se separar e levar Eduardo consigo para morar em outra casa. Inconformado com o fim da relação e o afastamento do filho, Ezequiel disse para Luma que iria pegar a guarda unilateral do menino e iria proibir a visita da mãe.

Preocupada com a situação, Luma procura seu advogado e lhe faz as seguintes perguntas:

- A) Qual é a consequência jurídica que pode ser aplicada a Ezequiel devido aos castigos reiterados e imoderados que impõe ao filho?
- B) Suponha que Ezequiel e Luma pactuaram acordo extrajudicial sobre o pagamento de pensão alimentícias para Eduardo, caso o devedor não cumpra com a obrigação, qual será a medida processual cabível para cobrar os valores em atraso?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

